TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EMENTÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão do Ementário

Supervisor
Desembargador Manoel de Christo Alves Filho

Maristela Rufino de Lima – Bacharela em Direito

Assessora do Plenário "Des. Orlando Dias Vieira".
Rosa Helena Tavares de Christo Alves – Bacharela em Direito

Assessora do Plenário "Des. Oswaldo Pojucan Tavares".
Ednair Melo Fernandes Leão – Bacharela em Direito.

Técnica-Judiciário
Nádia de Moraes Rego Carneiro - Bacharela em Direito

Colaboradores:

Aline Ádima Gil Ferreira – Bacharela em Direito
Jane Ramôa Jordy – Bacharela em Direito.
Luiz Alberto Tuji de Castro – Bacharel em Direito.
Paula Helena Mendes Lima Ribeiro – Bacharela em Direito.
Rita Manuela de Macedo Parente – Graduanda em Comunicação Social.
Rosana Jassé – Auxiliar Judiciária

Capa : **Walter Nazareno Mendes Lima** – Arquiteto e Urbanista.
Editoração Eletrônica e Impressão: **Departamento de Informática do TJE-PA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador	JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA – Presidente
Desembargadora	CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES – Vice-Presidente
Desembargadora	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA – Corregedora

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador	JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora	CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargadora	MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargadora	MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargadora	MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador	JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora	IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargadora	CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargador	PEDRO PAULO MARTINS
Desembargador	JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA
Desembargador	WERTHER BENEDITO COÊLHO
Desembargadora	YVONNE SANTIAGO MARINHO
Desembargadora	RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES
Desembargador	JAIME DOS SANTOS ROCHA
Desembargadora	ALBANIRA LOBATO BEMERGUY
Desembargador	BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA
Desembargadora	OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY
Desembargadora	MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES
Desembargador	FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora	MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA
Desembargador	OTÁVIO MARCELINO MACIEL
Desembargadora	MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE
Desembargadora	CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Desembargadora	HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO
Desembargadora	SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE
Desembargador	MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Desembargador	GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA
Desembargadora	MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE
Desembargadora	RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA
Desembargadora	ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS
Desembargador	PAULO SÉRGIO FROTA E SILVA
Desembargadora	THEREZINHA MARTINS DA FONSECA
Desembargador	RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

SUMÁRIO

EMENTAS Pag.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL 7

AGRAVO 9
APELAÇÃO 17
EMBARGOS DECLARATÓRIOS 23
MANDADO DE SEGURANÇA 27
REEXAME DE SENTENÇA 31

PENAL E PROCESSUAL PENAL 37
AGRAVO 39
APELAÇÃO 43
CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO 53
HABEAS CORPUS 57

ÍNDICE SISTEMÁTICO 63

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

AGRAVO

INDENIZAÇÃO SUMÁRIA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE PENAL – PROCESSAMENTO DA AÇÃO SOBRESTADO.

Agravo de Instrumento – Despacho que designou audiência em feito de Indenização Sumária – Recurso conhecido e provido para sobrestar o processamento da ação de indenização ante preliminar de prejudicialidade penal.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº41.123. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/12/2000).

CONTRATO DE LOCAÇÃO - TESTEMUNHAS - DESNECESSIDADE - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - NÃO CABIMENTO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO DE LOCAÇÃO - TESTEMUNHAS - DESNECESSIDADE - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - NÃO CABIMENTO. Para a cobrança de encargos locativos pela via executiva, embasada em contrato de locação, é prescindível a assinatura de testemunhas. Inteligência do art.585, IV, do CPC.- A exceção de pré-executividade somente é cabível quando, através de uma cognição sumária pelo Juiz, puder ser visualizada a nulidade visceral do título e, conseqüentemente, da execução. Irregularidades sanáveis não eqüivalem à nulidade do título, e, tampouco, lhes retiram a força executiva. Recurso conhecido e desprovido**.**

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº41.043. Relator: Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/10/2001).

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - INADIMPLEMENTO - CONSTITUIÇÃO EM MORA - PROTESTO.

O inadimplemento do contrato de Arrendamento Mercantil, com a devida constituição em mora do devedor através de protesto, permite a reintegração de posse liminarmente. Recurso conhecido e improvido à unanimidade.

(Agr.Inst. –Pa. Acórdão nº 40.036. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 24/08/2000).

AGRAVO REGIMENTAL – INCONFORMAÇÃO À DECISÃO QUE MANTEVE PEDIDO DE BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA – REJEITADO – À UNANIMIDADE.

Agravo Regimental – Inconformação à decisão que manteve pedido de benefício da gratuidade da Justiça – Rejeitado – À unanimidade.

(Ag.Reg. – PA. Acórdão nº40.810 – Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:27/10/2000).

EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO. FALTA DE AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS QUE INSTRUEM O AGRAVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE EXECUÇÃO.PRELIMINAR DE FALTA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, FACE A AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO – REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DE FALTA DE AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS QUE INSTRUEM O AGRAVO – DESCUMPRIDO PELO AGRAVANTE O ART. 384 DO CPC, APLICÁVEL A RECURSO POR SE TRATAR DE NORMA GERAL, DO CPC, O AGRAVO NÃO MERECE CONHECIMENTO. PRELIMINAR ACOLHIDA POR MAIORIA DE VOTOS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº39.681. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada.Unânime. Julgamento: 30/06/2000).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS – BENS DADOS EM GARANTIA DE PENHOR E PENHORA EM OUTRA EXECUÇÃO – ALVARÁ DE LEVANTAMENTO – INADMISSIBILIDADE.

Agravo de Instrumento. Honorários Advocatícios. Penhora no rosto dos autos, em valores decorrentes da venda de bens dados em garantia de penhor e penhora em outra Execução. Alvará de Levantamento. Inadmissibilidade. I- Não se tratando de falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extra-judicial, inaplicável às disposições do art.24, da Lei nº.8.906, de 04.07.94, para o fim de considerar crédito privilegiado os honorários advocatícios e sob tal fundamento autorizar o levantamento de importância depositada, em outra Ação Executiva, como garantia do juízo. II- Agravo provido à unanimidade.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº. 41.048. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/12/2000).

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - LIBERAÇÃO DA GARANTIA PREVISTA ORIGINARIAMENTE NO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE.

Agravo de Instrumento - Decisão Interlocutória - Caução de Títulos da Dívida Agrária - Liberação da garantia prevista originariamente no contrato. Impossibilidade.**Não pode subsistir decisão interlocutória que determinou a liberação do bem que garantia originariamente Contrato de Arrendamento Mercantil, realizado entre as partes, através de caução de TDA's. Precedentes.- Recurso conhecido e provido, cassando-se a decisão recorrida**.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº40.916. Relator: Des. Rômulo José Ferreira Nunes. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 11/12/2000).

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA - BEM OFERECIDO À PENHORA - ORDEM PREVISTA NO ART. 655 DO CPC - CRITÉRIO DA SIMPLICIDADE NA CONVERSÃO DO BEM.

Se no decorrer do processo a execução for transformada em definitiva, que independe de caução, as alegações quanto a este assunto, estão prejudicadas. Caso o bem oferecido à penhora não seja de fácil conversão em dinheiro, deve ser obedecida a gradação legal prevista no artigo 655, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e improvido à unanimidade.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº40.037. Relator: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 31/08/2000).

CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, TRANSCRIÇÕES E AVERBAÇÕES EM REGISTRO IMOBILIÁRIO - AÇÃO DE ANULAÇÃO - INSTÂNCIA - SUPRESSÃO - REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 273 DO CPC - RECURSO PROVIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. POR IMPLICAR EM SUPRESSÃO DE UMA INSTÂNCIA, A MATÉRIA PRELIMINAR SUSCITADA PELA AGRAVANTE FOI REJEITADA. NESTA SEDE, CABE TÃO SOMENTE ANALISAR A PERTINÊNCIA DO DESPACHO LIMINAR RECORRIDO QUE CONCEDEU SUSPENSIVIDADE À DECISÃO AGRAVADA, EM FACE DA EXISTÊNCIA OU NÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 273, DO CPC, AUSENTES NA ESPÉCIE. RECURSO PROVIDO.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº39.777. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/06/2000).

AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA E INDENIZATÓRIA - TUTELA ANTECIPADA - INAUDITA ALTERA PARS - PROVAS - RECURSO IMPROVIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA, INAUDITA ALTERA PARS. I) PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA. II) MÉRITO: EXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA SUA CONCESSÃO, CONFORME PREVISTO NO ART. 273 E SEUS INCISOS, DO C.P.C., QUE RESSULTAM PROVADOS. INTELIGÊNCIA DO DISPOSITIVO. ITERATIVAS DECISÕES JURISPRUDENCIAIS A RESPEITO. DOUTRINA TAMBÉM CONSENTÂNEA. CUMPRE DAR CORPO AO MANDAMENTO LEGAL, QUANDO OFERTADAS PROVAS DE SEUS REQUISÍTOS, OU VEROSSIMILHANÇA. RECURSO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº 39.919. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 02/06/2000).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. RECURSO PROVIDO. REVOGAÇÃO EM CARÁTER DEFINITIVO.

Agravo de Instrumento. Ação de Medida Cautelar Inominada Satisfativa de Substituição de garantia mediante caução de títulos da dívida agrária. I. Em contrato bilateral revestido das formalidades legais previstas no CCB não se pode alterar cláusula ajustada substituindo a pedido de uma das partes, prestação em dinheiro por TDAs. II. Recurso conhecido e provido para revogar, em caráter definitivo, a liminar concedida no juízo de 1º grau.

(Ag.Instr. – PA. Acórdão nº41.140. Relatora: Desa. SÔNIA MARIA DE MACÊDO PARENTE. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 1º/12/2001).

APELAÇÃO

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - INOBSERVÂNCIA - NULIDADE DO PROCESSO.

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO – TODAS AS DECISÕES DEVEM SER FUNDAMENTADAS AINDA QUE SUCINTAMENTE, COM BASE NOS ARTS. 93, IX, DA CF/88 E 458, II, DO CPC, RESPEITANDO O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. A INOBSERVÂNCIA DESTA EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL ACARRETA A NULIDADE DO PROCESSO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº39.836. Relatora: CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3 Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 11/08/2000).

EMBARGOS DO DEVEDOR – NULIDADE DA PENHORA – EXCESSO – BEM DE FAMÍLIA – IMPENHORABILIDADE.

Apelação Cível. Embargos do Devedor. Nulidade da Penhora. Excesso de penhora e Impenhorabilidade do Bem de Família. Inadmissibilidade. I-Preliminar de nulidade da sentença pelo julgamento antecipado dos Embargos. Rejeitada à unanimidade, pelos fundamentos do acórdão. II- A falta de citação do devedor co-obrigado, litisconsortes facultativo, não obsta o prosseguimento da execução em relação ao outro citado, que citado e não oferecendo bem à penhora subsistente a penhora feita em bem de sua propriedade. III- Não é matéria a ser discutida em Embargos do Devedor o excesso de penhora, mas, em petição, após a avaliação do bem penhorado. IV- Não comprovado pelo executado que o imóvel penhorado é bem de família, e, demonstrado, que, ao tempo da penhora residia em outro imóvel com sua família, não pode ser invocado os benefícios da Lei nº.8.009/90. V- Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº41.053. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/12/2000).

AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO – ARTIGO 9º DA LEI 8.245/91 – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – BENEFÍCIOS DA LEI 7.875/89 – PURGAÇÃO DA MORA – DEFERIMENTO – INTIMAÇÃO PESSOAL.

Ação de despejo por falta de pagamento - Art. 9º, da Lei 8.245/91- Assistência Judiciária - Benefícios da Lei 7.875/89 - Purgação da Mora - Deferimento - Intimação pessoal. 01 - A ação de despejo é a própria para restituição do imóvel, seja qual for o pagamento. 02 - Na forma do art. 23, II da Lei 8.245/91, o pagamento do aluguel é obrigação primordial do locatário. 03 - O não pagamento dos alugueis enseja a ação de despejo, na forma do art. 9º, III da Lei 8.245/91. 04 -Intimado pessoalmente do deferimento do pedido para purgação da mora e não tendo efetuado, correta a sentença que julgando procedente o pedido, decretou o despejo com a retomada do imóvel. 05 - Recurso conhecido e improvido.

(Ap.Civ – PA. Acórdão nº39.400. Relatora: Desa. MARIA HELENA D`ALMEIDA FERREIRA. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 29/05/2000).

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - OBRIGAÇÃO EXTINTA - CONSONÂNCIA COM LEI E PRINCÍPIOS EM DIREITO.

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – SENTENÇA JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO E EXTINTA A OBRIGAÇÃO – EM CONSONÂNCIA COM A LEI E OS PRINCIPIOS EM DIREITO ADMITIDOS, E DE ACORDO COM O ARTIGO 516 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DEVE SER PROVIDO O PRESENTE PEDIDO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – UNANIMIDADE DE VOTOS.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº39.798. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 25/02/2000).

AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO. CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL. CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NÃO DEMONSTRADA. DIREITO À MEAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Apelação Cível. Direito Processual Civil. Ação de Dissolução de sociedade de Fato. O período de vida em comum não prova por si só ter sido adquirido o patrimônio com o esforço de ambos os concubinos. Não ficando demonstrada a contribuição efetiva do autor na construção do imóvel, não tem ele o direito à meação pretendida. Apelação conhecida e provida. Unânime.

(Ape. Cìv. –Pa. Acórdão nº 40.547. Relatora: CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 13/10/2000).

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

ALIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1ª Câmara Cível Isolada. Embargos de Declaração. Inexistência de irregularidades agüídas pelo embargante. O Código de Processo Civil não prevê qualquer providência de ordem cautelar que obstacularize a execução de alimentos provisionais. Embargos rejeitados à unanimidade.

(EmbDecl. – PA. Acórdão nº40.585. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/10/2000).

AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO.

Embargos de Declaração. Ação Revisional de Alimentos. 1- Os Embargos de Declaração não se prestam para rediscutir matéria já analisada tanto no juízo democrático como em grau de recurso. Quando não houver obscuridade, contradição ou omissão pretendidas pela embargante. II- Embargos rejeitados.

(Embdecl. – Pa. Acórdão nº 41.122. Reatora: Desa. SONIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª Câmara Cível Isolada.Unânime. Julgamento: 17/11/2000).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS - OMISSÃO SUPRIDA - PRESCRIÇÃO - EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE.

Embargos de Declaração com efeito modificativo. Suprida a omissão para declarar extinta a punibilidade dos querelados Edilson Oliveira da silva e Glauco Fontelles Oliveira e silva. Decisão unânime.

(Ebm.Decl. –Pa. Acórdão nº 38.818. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 30/03/2000).

MANDADO DE SEGURANÇA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.

A ausência de citação para o Processo Administrativo Disciplinar implica infringência ao princípio constitucional da ampla defesa, sendo portanto, nulo.

(Mand.Seg. – Pa. Acórdão nº 41.034. Relatora: Desa. IZABEL DE NEGREIROS LEÃO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 06/12/2000).

MAGISTRADO APOSENTADO - FÉRIAS - NÃO CONFIGURAÇÃO DE OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA

Mandado de Segurança. Pretensão referente a férias à magistrados aposentado. Não configuração de ofensa a direito líquido e certo. O reconhecimento a pretensão, incomparável com a condição de aposentadoria, implicaria em ofensa ao critério da razoabilidade e temerária limitação ao poder normativo do Estado. Denegação.

(Man.Seg. – Pa . Acórdão nº 39.103. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 19/04/2000).

EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO À INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO - MANDAMUS - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE COBRANÇA.

Ação de Mandado de Segurança: Alegação de ofensa a direito líquido e certo à incorporação de gratificação. Preliminares: decadência: matéria referente a prestações de trato sucessivo. Não caracterização. Rejeição. Ilegitimidade de parte passiva "ad causam" . Concurso de vontades no polo passivo para legitimação do ato. Não caracterização. Rejeição. Inépcia da inicial. Objetivo do pedido claramente definido. Não caracterização. Rejeição. Inviabilidade de utilização do "mandamus" como meio de cobrança. Cobrança não pleiteada e sim reconhecimento a direito líquido e certo violado pela administração. Não caracterização. Rejeição. Inviabilidade de utilização do mandamus contra lei em tese. Súmula nº 07 da consultoria do estado. Matéria superada. O obejtivo do mandamus consiste em repelir ofensa a direito seu líquido certo violado pela administração. Rejeição. Mérito: O reconhecimento na área administrativa do direito à incorporação de apenas 40% violou parcialmente direito líquido e certo da impetrante a 80% a título incorporação pelo exercício de cargos e funções comissionadas respaldado pela lei estadual 5.810/94. Concessão parcial.

(Mand.Seg. – Pa . Acórdão nº 39.248. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 18/04/2000).

REEXAME DE SENTENÇA

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - ARTIGO 2º, CAPUT, DA LEI Nº3.365/41 - POSSE JUSTA, MANSA E PACÍFICA - COMPROVAÇÃO - AQUISISÇÃO DE BOA FÉ - TÍTULO LEGÍTIMO.

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO, ACOLHIDA. REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO DE 1º GRAU QUE NÃO MERECE CENSURA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE CORRETAMENTE JULGADA PELO JUÍZO "A QUO". NO MÉRITO, TRATA-SE DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA QUE ENCONTRA AGASALHO NO ART. 2°, CAPUT, DA LEI 3.365/41. POSSE JUSTA, MANSA E PACÍFICA QUE ESTÁ DEVIDAMENTE COMPROVADA. AQUISIÇÃO DE BOA FÉ E A TÍTULO LEGÍTIMO. RECURSO DE REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO.

(Reex.Sent./Ap.Civ.. – PA. Acórdão nº40.377. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª Câmara Cível Isolada Unânime. Julgamento: 02/08/2001).

SERVIDOR PÚBLICO FALECIDO - PENSÃO DE 70% DO SALÁRIO - INCONFORMAÇÃO - PROCEDÊNCIA - DETERMINANTES.

Reexame de Sentença. Mandado de segurança. Beneficiária recebe pensão de setenta por cento do salário de servidor público falecido. Inconformação. Procedência. Determinantes os princípios constitucionais e legais. Artigos 37, inciso XI, e 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal. STF já firmou jurisprudência: pensão por morte deve corresponder a totalidade dos vencimentos e proventos do servidor falecido. Recurso conhecido e improvido. Unanimidade.

(Reex.Sent. – Pa. Acórdão nº 39.677. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 09/06/2000).

CONSTITUCIONAL – ADMINISTRATIVO – REMESSA OBRIGATÓRIA E APELAÇÃO CÍVEL – PENSÃO POR MORTE – TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS – ART.40, §§4º E 5º DA CF/88.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REMESSA OBRIGATÓRIA E APELAÇÃO CÍVEL. PENSÃO POR MORTE. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. 40, §§ 4º E 5º.1. A PENSÃO POR MORTE DEVE CORRESPONDER A TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO;2. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS;3. REMESSA OBRIGATÓRIA E APELAÇÃO CIVEL CONHECIDA MAS IMPROVIDA PARA SE MANTER A SENTENÇA REEXAMINADA.

(Reex.Sent. – PA. Acórdão nº39.701. Relatora: Desa. MARIA HELENA D´ALMEIDA FERREIRA. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/06/2000).

AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. RISCO ADMINISTRATIVO. NEXO DE CAUSALIDADE. ATO ILÍCITO. MORTE. DANO MORAL. PENSÃO. CÁLCULO BASEADO NO SALÁRIO MÍNIMO. INCLUSÃO DO 13º SALÁRIO.

Reexame de Sentença e Apelação Cível . Ação Ordinária de Indenização. A responsabilidade civil do Estado é a responsabilidade do risco administrativo. Incumbe ao autor apenas provar o nexo de causalidade. Ato Ilícito. Morte. Dano moral. Pensão deve ser calculada com base no salário mínimo. Inclusão do 13º salário. Cumprimento do art. 107 da CF. Unanimidade.

(Reex. Sent.Ape.Civ. – Pa. Acórdão nº 40.146. Relatora: MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/08/2000)

MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO INTEGRAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 40, § 5º - AUTO APLICABILIDADE.

Reexame de Sentença e Apelação Cível. Mandado de Segurança. Pensão integral. Constituição Federal, art. 40, § 5º - Auto aplicabilidade. Unânime.

(Reex.Sent.Ape.Civ. – Pa. Acórdão nº 40.140. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª Câmara Cível Isolada.. Unânime. Julgamento: 25/08/2000).

PENAL E PROCESSUAL PENAL

AGRAVO

CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE COMUTAÇÃO DA PENA. INDEFERIMENTO. AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ARTIGO 7º, IV DO DECRETO Nº3.226/99.

Agravo em Execução Penal. Crime previsto no art. 157,§§ 1º e 2º, I e II c/co art. 14 do CPB. Interposição contra decisão que indeferiu o pedido de comutação de pena com fundamento no Decreto nº 3.226/99. Condenação por crime de roubo com emprego de arma. Impossibilidade de concessão do benefício, nos termos do art. 7º, IV do decreto nº 3.226/99. Agravo conhecido e improvido.

(Agr. Pe. – Pa. Acórdão nº 39.796. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 8/08/200).

CRIME HEDIONDO. CONDENAÇÃO. COMUTAÇÃO DE PENA. FORMA DE INDULTO PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO.

Agravo motivado no artigo 197 da LEP. O art. 7º, inciso I, do Decreto Presidencial nº 3.226, de 29 de outubro de 1999, veda cessão de indulto aos condenados prática de crimes hediondos. Logo, sendo a comutação de pena uma forma de indulto parcial ou restrito, igualmente, está ao alcance dessa vedação. Agravo conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Agr. – Pa. Acórdão nº39.598. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 09/06/2000).

APELAÇÃO

SEDUÇÃO – DELITO CARACTERIZADO – TIPIFICAÇÃO – DESNECESSIDADE DO CONCURSO DE INEXPERIÊNCIA DA OFENDIDA COM SUA JUSTIFICÁVEL CONFIANÇA - PROMESSA FORMAL DE CASAMENTO.

Processual Penal – Sedução – Delito caracterizado – Para que se tipifique o delito de sedução, não se torna necessário o concurso de inexperiência da ofendida com sua justificável confiança, bastando ocorrer uma das duas hipóteses. Justificável confiança não decorre apenas da promessa formal de casamento. De uma série, resultante de namoro prolongado, é lícito extrair-se confiança nas boas intenções e honestos propósitos de casamento. Recurso provido para condenar o réu – Unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº40.431. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 19/09/2000).

CRIME DE HOMIDÍCIO QUALIFICADO – INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA ADVERSA – INOMICÍDIO PRIVILEGIADO – INOCORRÊNCIA – TESES NÃO ACEITAS PELOS JURADOS – IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO.

Apelação Penal. Crime de Homicídio. Inelegibilidade de conduta adversa. Homicídio privilegiado. Inocorrência. Teses não aceitas pelos jurados. Estando a decisão do Júri em consonância com as provas dos autos, não há que se cogitar em anulação do julgamento. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ape.Pen.- Pa. Acórdão nº 40.444. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/09/2000).

ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR - PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA - DESCLASSIFICAÇÃO - TENTATIVA - INADMISSIBILIDADE - PROVA TESTEMUNHAL - LAUDO DE EXAME PERICIAL - CRIME CONSUMADO EM SUA PLENITUDE - RECURSO IMPROVIDO.

Apelação Penal. Infrigência ao art. 214 c/c o 224 do CP. Desclassificação. Tentativa. Inadimissibilidade. A falta de identificaão. Do tipo do atentado violento ao pudor, praticado contra menor, não constitui condição do crime, mormente quando, a prova testemunhal e o laudo de exame pericial, dão conta de que o crime se consumou em plenitude. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ape.Pen. – Pa Acórdão nº 39.580. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 30/05/2000).

JULGAMENTO POPULAR - LEGÍTIMA DEFESA - NÃO COMPROVAÇÃO - CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - PEDIDO DE DESAFORAMENTO - INVIABILIDADE EM SEDE DE APELAÇÃO.

Apelação Penal. Julgamento popular Preliminar de nulidade do julgamento. Rejeição. Mérito. Legítima defesa. Não comprovação. Contrariedade as provas dos autos. Inocorrência. Inexistindo discordância entre a decisão do Conselho de sentença e as provas colhidas no decorrer da instrução processual, esta deve ser mantida. Excludente de legítima defesa não comprovada. Preliminar rejeitada. Pedido de desaforamento. Inviabilidade em sede de apelação. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ape.Pen. – Pa. Acórdão nº 39.582. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 13/06/2000).

CRIMES PATRIMONIAIS - CLANDESTINIDADE - PALAVRA DA VÍTIMA - DESAPARECIMENTO DA ARMA USADA PELO AGENTE - QUALIFICADORA DO ROUBO NÃO AFASTADA.

Em sede de crimes patrimoniais, especialmente aqueles cometidos na clandestinidade, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, prevalece na identificação do autor, a palavra da vítima, que é de fundamental importância. O desaparecimento da arma usada pelo agente não afastou a qualificadora do roubo, pois segura a prova testemunhal. Recurso conhecido e negado provimento. Decisão unânime.

(Ape.Pen.- Pa. Acórdão nº 38.817. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 23/03/2000).

ESTUPRO. PALAVRAS DAS VÍTIMAS. VALOR RELEVANTE. DELITO CONFIGURADO.. CO-AUTORIA.

Estupro. Palavras das vítimas. Valor relevante. Delito configurado. Co-autoria. Desnecessidade de que todos os agentes tenham participações efetivas nosatos executórios. Presença e interferência demonstrativas de solidariedade ao executor direto. Suficiência. Condenação. Recurso conhecido e provido parcialmente. Unânime.

(Ape.Pe. – Pa. Acórdão nº 39.591. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 13/06/2000).

CRIME DE TENTATIVA DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME HEDIONDO. INEXISTÊNCIA DE ERRO NA FIXAÇÃO DA PENA.

Apelação Criminal. Crime de Tentativa de Atentado Violento ao Pudor. Não configuração de crime hediondo. Inexistência de erro na fixação da pena. O crime hediondo, nos crimes sexuais só se caracteriza quando resulta lesão corporal grave ou morte. A pena cominada ao Réu está correta. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ape.Pe. – Pa. Acórdão nº 39.283. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 25/04/2000).

HOMICÍDIO – NULIDADE RELATIVA – PRECLUSÃO – VEREDICTO – INOCORRÊNCIA DE CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS.

APELAÇÃO PENAL – Rejeitada a preliminar de nulidade do julgamento em virtude da redação genérica dos quesitos referentes às qualificadoras, pois em se tratando de nulidade relativa tornou-se preclusa por não ter sido suscitada na devida oportunidade – No mérito, havendo duas versões e tendo os Jurados optado pela defendida pelo ***dominus litis***, não significa ter sido o veredicto contrário à prova evidente dos autos – Apelo conhecido e improvido – Decisão unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº38.139. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 04/02/2000).

ESTUPRO – MENOR DE 14 ANOS – ALEGAÇÃO DE CONSENTIMENTO DA OFENDIDA – IRRELEVÂNCIA – PREVALÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Estupro – Menor de 14 anos – Acusado que alega o consentimento da ofendida que não era mais virgem e possuía experiência sexual anterior ao ato – Irrelevância – Prevalência da presunção de violência a teor do artigo 213, c.c. o 224, alínea "a" do Código Penal – Extrai-se dos referidos dispositivos que a abstenção da conjunção carnal com mulher menor de 14 anos, impõe-se como dever e ainda que o ato sexual tenha sido precedido de seu consentimento o delito não se desconfigura, em virtude da presunção legal da violência – De nenhum valor jurídico se reveste as alegações de que a ofendida não era mais virgem e já era experiente em matéria de sexo anteriormente ao ato, haja vista que a norma penal em comento é restrita à presunção de violência – Apelo conhecido e provido – Sentença monocrática absolutória reformada – Acusado condenado – Decisão unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº41.120. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 27/12/2000).

LEI DE IMPRENSA. MATÉRIA CONSIDERADA OFENSIVA À APELADA. RESPONSABILIDADE DO REDATOR-CHEFE DO JORNAL.

APELAÇÃO PENAL –PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DAS RAZÕES – RAZÕES APRESENTADAS APÓS ENCERRADO O PRAZO PREVISTO NO ART. 600 DO CPP, CONSTITUI MERA IRREGULARIDADE – PRELIMINAR REJEITADA- MÉRITO: A LEI DE IMPRENSA ADOTOU O SISTEMA TRADICIONAL DE RESPONSABILIDADE SUCESSIVA E O APELANTE NA QUALIDADE DE REDATOR-CHEFE DO JORNAL, NOS TERMOS DA LEI, É RESPONSÁVEL PELOS ESCRITOS NELE PUBLICADO - MATÉRIA CONSIDERADA OFENSIVA À APELADA PUBLICADA DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO DO APELANTE –RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº40.343. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/09/2000).

PRESCRIÇÃO EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE - OCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº5.250/67 - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - PRELIMINAR ACOLHIDA.

APELAÇÃO PENAL – PRELIMINAR PREJUDICIAL DE MÉRITO ARGUÍDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA CONDIÇÃO DE *CUSTOS LEGIS*, SUSTENTANDO A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE –APLICAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 5.250, DE 1967, MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – ACOLHIMENTO – DECISÃO UNÂNIME. CONFIGURANDO-SE A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, NOS TERMOS DO ART. 41 DA LEI Nº 5.250, DE 1967, QUER SE ADMITA OU NÃO A INTERFERÊNCIA DAS CAUSAS INTERRUPTIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL, IMPÕE-SE O ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR, POR SER MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº40.449. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. 3ª Câmara Criminal. Unânime. Julgamento: 06/10/2000).

TRIBUNAL DO JÚRI – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS – DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO À RESPOSTA DOS JURADOS AOS QUESITOS – RECURSO PROVIDO.

Penal. Processual. Recurso de Apelação. Manifesta contrariedade da sentença absolutória, do Júri, às provas dos autos. Divergência, também, da sentença prolatada pelo Senhor Presidente do Júri, em relação à resposta dos jurados aos quesitos. Infringência ao artigo 593, "d", do CPP. Recurso do Ministério Público, a que se conhece e dá provimento, a fim de citado réu compareça a outro julgamento do Júri.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº39.335. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COÊLHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento06/04/2000).

HOMICÍDIO - REÚS CONFESSOS - TESTEMUNHAS - ARMA DE FOGO - RECURSO IMPROVIDO.

Penal. Processual. Recurso de Apelação. Crime de homicídio no art. 121, I, II e IV c/c art. 29, todos do CPB. Preliminares: nulidade do processo por falta do laudo; cerceamento de defesa e extemporaneidade das razões recursais. Preliminares rejeitadas. No mérito. Os apelantes são réus confessos. As testemunhas atestaram que o corpo da citada vítima, estava crivado de chumbo, detonado de espingarda 20. Recurso conhecido e não provido. Decisão unânime.

(Ap. Crim. – PA. Acórdão nº39.334. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COÊLHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 07/02/2000).

CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

OFICIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – ACUSAÇÃO DE ATOS IRREGULARES – REALIZAÇÃO DE AUDITORIA PELA COMISSÃO DE CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA – DEDICAÇÃO E CONDUTA ILIBADA – ÊXITO EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NA ÁREA MILITAR – ELOGIOS E COMENDAS COLECIONADOS – NÃO DECRETAÇÃO DA INCOMPATIBILIDADE OU INDIGNIDADE PARA COM O OFICIALATO DO JUSTIFICANTE.

Processual Penal –– Conselho de Justificação – Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará acusado de irregularidades administrativo-financeiras– Auditoria realizada pela Comissão de Controle de Segurança Pública – Nulidades argüidas – Inocorrências – Prestação de Contas submetidas a auditoria do Tribunal de Contas do Estado – Contas julgadas regulares com ressalvas, haja vista as falhas de natureza formal ensejando somente pena de multa – Dedicação e conduta ilibada – Êxito em cursos de qualificação na área militar – Elogiose comendas colecionados – Não decretação da incompatibilidade ou indignidade para com o oficialato do justificante – Unânime.

(Cons.Justif. – PA. Acórdão nº39.891. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 14/08/2000).

HABEAS CORPUS

CRIME DE CALÚNIA – LEI DE IMPRENSA – CONFIGURAÇÃO – FALTA DE PRESSUPOSTOS – HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL – ORDEM CONCEDIDA.

HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL COM PEDIDO DE LIMINAR – LIMINAR NEGADA – CRIME DE CALÚNIA – LEI DE IMPRENSA – FALTA DOS PRESSUPOSTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE CALÚNIA – ORDEM CONCEDIDA – DECISÃO POR MAIORIA.

(H.C. – PA. Acórdão nº40.736. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO. Câmaras Cíveis Reunidas. Por maioria. Julgamento: 13/11/2000).

CRIME DE ROUBO. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CRIME DE FURTO. AGRAVO PREJUDICADO.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de liminar. Paciente processado pela prática de crime de roubo perante a 10ª vara penal. Concessão de liberdade provisória ao mesmo pelo juízo de 11ª vara penal, onde responde a processo por crime de furto. Liminar indeferida. " write" julgado prejudicado pela perda de seu objeto jurídico. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/p.Lim. – PA. Acórdão nº40.724. Relator: Desa. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 02/10/2000).

DELITO SOCIETÁRIO PRATICADO CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - DENÚNCIA GENÉRICA EXCLUSIVAMENTE CONTRA O SÓCIO MINORITÁRIO -FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL - HABEAS CORPUS DEFERIDO.

HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL – DELITO SOCIETÁRIO PRATICADO CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – DENÚNCIA GENÉRICA EXCLUSIVAMENTE CONTRA O SÓCIO MINORITÁRIO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – INÉPCIA – FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS OPORTUNA E CORRETAMENTE DECLARADO, NAS GUIAS ADEQUADAS, RELATIVO A DÍVIDAS POR OPERAÇÕES PRÓPRIAS DO CONTRIBUINTE – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL, PELO COMETIMENTO DA CONDUTA INFRACIONAL TIPIFICADA NO ART. 2º, INCISO II, DA LEI Nº 8.132 DE 1990. 1. MERECE SER CONCEDIDO O *HABEAS CORPUS* PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL, MOVIDA PELA PRÁTICA DE CRIME SOCIETÁRIO CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, QUANDO A DENÚNCIA, DISPARADA EXCLUSIVAMENTE NA DIREÇÃO DE SÓCIO MINORITÁRIO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, AFIGURA-SE INÉPTA POR NÃO CONTER SEQUER INDÍCIOS QUE PERMITAM UM JUÍZO PRELIMINAR DE PROBABILIDADE DA CONSISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO FEITA PELO *DOMINUS LITTES,* OS QUAIS, É OBVIO, NÃO PODEM SIMPLESMENTE SE RESUMIR NA CONDIÇÃO DE SÓCIO DO DENUNCIADO. 2. O ABRANDAMENTO DA RIGIDEZ DO ART. 41 DO CPP, FEITO PELA JURISPRUDÊNCIA EM CASO DE CRIMES SOCIETÁRIOS, NÃO VAI A PONTO DE VALIDAR A DENÚNCIA ABSOLUTAMENTE VAGA, DIRIGIDA CONTRA SÓCIO MINORITÁRIO DE SOCIEDADE MERCANTIL, O QUAL, POR ISSO MESMO, CARECE DE POSIÇÃO DE MANDO NA FORMAÇÃO DA VONTADE SOCIAL. 3. A FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS, OPORTUNA E CORRETAMENTE DECLARADO, NAS GUIAS PERTINENTES, RELATIVO A DÍVIDAS POR OPERAÇÕES PRÓPRIAS DO CONTRIBUINTE NÃO SE ENQUADRA NO TIPO DESCRITO NO ART. 2º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137 DE 1990 (CRIME MATERIAL E QUE EXIGE DOLO ESPECÍFICO DE FRAUDAR O PAGAMENTO DE TRIBUTOS COBRADOS OU DESCONTADOS), CONSTITUINDO MERA INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA. 4. HC DEFERIDO, POR MAIORIA.

(H.C.p/tranc.A.Pen. – PA. Acórdão nº39.619. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 26/06/2000).

PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA CONTRA ADVOGADO CONJUNTAMENTE COM O SEU CLIENTE - CRIME UNISSUBJETIVO OU DE MÃO PRÓPRIA - CIRCUNSTÂNCIA PREVISTAS NO ART. 312 DO CPP - INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS OBJETIVOS CARACTERIZADORES DA PRESENÇA DAS MESMAS - WRIT CONCEDIDO.

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA CONTRA ADVOGADO CONJUNTAMENTE COM O SEU CLIENTE – IMPUTAÇÃO DE CONDUTA INFRACIONAL DESCRITA NO ART. 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI Nº 201/67 – CRIME UNISSUBJETIVO OU DE MÃO PRÓPRIA – INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS OBJETIVOS CARACTERIZADORES DA PRESENÇA DE QUALQUER DAS CIRCUNSTÂNCIAS PREVISTAS NO ART. 312 DO CPP – *WRIT* CONCEDIDO. DECISÃO UNÂNIME.A MERA DESCONFIANÇA OU O RECEIO SUBJETIVAMENTE FORMADO PELO JULGADOR NÃO AUTORIZAM A MEDIDA EXCEPCIONAL DE CUSTÓDIA PREVENTIVA QUE SÓ PODE RESULTAR DE ELEMENTOS OBJETIVOS A CARACTERIZAR ALGUMA DAS CIRCUNSTÂNCIAS MENCIONADAS NO ART. 312 DO CPP.

(H.C.c/ped.Lim. – PA. Acórdão nº39.152. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 22/05/2000)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

AGRAVO CÍVEL

- AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - INADIMPLEMENTO - CONSTITUIÇÃO EM MORA - PROTESTO12
- AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA E INDENIZATÓRIA - TUTELA ANTECIPADA - INAUDITA ALTERA PARS - PROVAS - RECURSO IMPROVIDO..... 15
- AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - LIBERAÇÃO DA GARANTIA PREVISTA ORIGINARIAMENTE NO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE..... 14
- AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. RECURSO PROVIDO. REVOGAÇÃO EM CARÁTER DEFINITIVO..... 16
- AGRAVO REGIMENTAL – INCONFORMAÇÃO À DECISÃO QUE MANTEVE PEDIDO DE BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA – REJEITADO – À UNANIMIDADE..... 12
- CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, TRANSCRIÇÕES E AVERBAÇÕES EM REGISTRO IMOBILIÁRIO - AÇÃO DE ANULAÇÃO - INSTÂNCIA - SUPRESSÃO - REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 273 DO CPC - RECURSO PROVIDO.. 15
- CONTRATO DE LOCAÇÃO - TESTEMUNHAS - DESNECESSIDADE - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - NÃO CABIMENTO..... 11
- EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA - BEM OFERECIDO À PENHORA - ORDEM PREVISTA NO ART. 655 DO CPC - CRITÉRIO DA SIMPLICIDADE NA CONVERSÃO DO BEM..... 14
- EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO. FALTA DE AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS QUE INSTRUEM O AGRAVO. RECURSO NÃO CONHECIDO..... 13
- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS – BENS DADOS EM GARANTIA DE PENHOR E PENHORA EM OUTRA EXECUÇÃO – ALVARÁ DE LEVANTAMENTO – INADMISSIBILIDADE..... 13
- INDENIZAÇÃO SUMÁRIA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE PENAL – PROCESSAMENTO DA AÇÃO SOBRESTADO.11

AGRAVO CRIMINAL

- CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE COMUTAÇÃO DA PENA. INDEFERIMENTO. AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ARTIGO 7º, IV DO DECRETO Nº3.226/99 41
- CRIME HEDIONDO. CONDENAÇÃO. COMUTAÇÃO DE PENA. FORMA DE INDULTO PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO..... 41

APELAÇÃO CÍVEL

- AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - INOBSERVÂNCIA - NULIDADE DO PROCESSO..... 19
- AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - OBRIGAÇÃO EXTINTA - CONSONÂNCIA COM LEI E PRINCÍPIOS EM DIREITO..... 20
- AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO – ARTIGO 9º DA LEI 8.245/91 – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – BENEFÍCIOS DA LEI 7.875/89 – PURGAÇÃO DA MORA – DEFERIMENTO – INTIMAÇÃO PESSOAL..... 20
- AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO. CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL. CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NÃO DEMONSTRADA. DIREITO À MEAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 21
- EMBARGOS DO DEVEDOR – NULIDADE DA PENHORA – EXCESSO – BEM DE FAMÍLIA – IMPENHORABILIDADE..... 19

APELAÇÃO CRIMINAL

- ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR - PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA - DESCLASSIFICAÇÃO - TENTATIVA - INADMISSIBILIDADE - PROVA TESTEMUNHAL - LAUDO DE EXAME PERICIAL - CRIME CONSUMADO EM SUA PLENITUDE - RECURSO IMPROVIDO..... 46
- CRIME DE HOMIDÍCIO QUALIFICADO – INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA ADVERSA – INOMICÍDIO PRIVILEGIADO – INOCORRÊNCIA – TESES NÃO ACEITAS PELOS JURADOS – IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO..... 45
- CRIME DE TENTATIVA DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME HEDIONDO. INEXISTÊNCIA DE ERRO NA FIXAÇÃO DA PENA..... 48

- CRIME DE TENTATIVA DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME HEDIONDO. INEXISTÊNCIA DE ERRO NA FIXAÇÃO DA PENA 48
- CRIMES PATRIMONIAIS - CLANDESTINIDADE - PALAVRA DA VÍTIMA - DESAPARECIMENTO DA ARMA USADA PELO AGENTE - QUALIFICADORA DO ROUBO NÃO AFASTADA 47
- ESTUPRO – MENOR DE 14 ANOS – ALEGAÇÃO DE CONSENTIMENTO DA OFENDIDA – IRRELEVÂNCIA – PREVALÊNCIA DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA 49
- ESTUPRO. PALAVRAS DAS VÍTIMAS. VALOR RELEVANTE. DELITO CONFIGURADO.. CO-AUTORIA 47
- HOMICÍDIO – NULIDADE RELATIVA – PRECLUSÃO – VEREDICTO – INOCORRÊNCIA DE CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS 48
- HOMICÍDIO - REÚS CONFESSOS - TESTEMUNHAS - ARMA DE FOGO - RECURSO IMPROVIDO 51
- JULGAMENTO POPULAR - LEGÍTIMA DEFESA - NÃO COMPROVAÇÃO - CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - PEDIDO DE DESAFORAMENTO - INVIABILIDADE EM SEDE DE APELAÇÃO 46
- LEI DE IMPRENSA. MATÉRIA CONSIDERADA OFENSIVA À APELADA. RESPONSABILIDADE DO REDATOR-CHEFE DO JORNAL 49
- PRESCRIÇÃO EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE - OCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº5.250/67 - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - PRELIMINAR ACOLHIDA 50
- SEDUÇÃO – DELITO CARACTERIZADO – TIPIFICAÇÃO – DESNECESSIDADE DO CONCURSO DE INEXPERIÊNCIA DA OFENDIDA COM SUA JUSTIFICÁVEL CONFIANÇA - PROMESSA FORMAL DE CASAMENTO 45
- TRIBUNAL DO JÚRI – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS – DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO À RESPOSTA DOS JURADOS AOS QUESITOS – RECURSO PROVIDO 50

CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

- OFICIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – ACUSAÇÃO DE ATOS IRREGULARES – REALIZAÇÃO DE AUDITORIA PELA COMISSÃO DE CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA – DEDICAÇÃO E CONDUTA ILIBADA – ÊXITO EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NA ÁREA

MILITAR – ELOGIOS E COMENDAS COLECIONADOS – NÃO DECRETAÇÃO DA INCOMPATIBILIDADE OU INDIGNIDADE PARA COM O OFICIALATO DO JUSTIFICANTE..... 55

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

- AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO..... 25
- ALIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS..... 25
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS - OMISSÃO SUPRIDA - PRESCRIÇÃO - EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE..... 25

HABEAS CORPUS

- CRIME DE CALÚNIA – LEI DE IMPRENSA – CONFIGURAÇÃO – FALTA DE PRESSUPOSTOS – HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL – ORDEM CONCEDIDA..... 59
- CRIME DE ROUBO. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CRIME DE FURTO. AGRAVO PREJUDICADO..... 59
- DELITO SOCIETÁRIO PRATICADO CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - DENÚNCIA GENÉRICA EXCLUSIVAMENTE CONTRA O SÓCIO MINORITÁRIO -FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL - HABEAS CORPUS DEFERIDO..... 60
- PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA CONTRA ADVOGADO CONJUNTAMENTE COM O SEU CLIENTE - CRIME UNISSUBJETIVO OU DE MÃO PRÓPRIA - CIRCUNSTÂNCIA PREVISTAS NO ART. 312 DO CPP - INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS OBJETIVOS CARACTERIZADORES DA PRESENÇA DAS MESMAS - WRIT CONCEDIDO..... 61

MANDADO DE SEGURAÇA

- EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO À INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO - MANDAMUS - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE COBRANÇA..... 30

- MAGISTRADO APOSENTADO - FÉRIAS - NÃO CONFIGURAÇÃO DE OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA..... 29
- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA..... 29

REEXAME DE SENTENÇA

- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - ARTIGO 2º, CAPUT, DA LEI Nº3.365/41 - POSSE JUSTA, MANSA E PACÍFICA - COMPROVAÇÃO - AQUISISÇÃO DE BOA FÉ - TÍTULO LEGÍTIMO..... 33
- AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. RISCO ADMINISTRATIVO. NEXO DE CAUSALIDADE. ATO ILÍCITO. MORTE. DANO MORAL. PENSÃO. CÁLCULO BASEADO NO SALÁRIO MÍNIMO. INCLUSÃO DO 13º SALÁRIO..... 34
- CONSTITUCIONAL – ADMINISTRATIVO – REMESSA OBRIGATÓRIA E APELAÇÃO CÍVEL – PENSÃO POR MORTE – TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS – ART.40, §§4º E 5º DA CF/88..... 34
- MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO INTEGRAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 40, § 5º - AUTO APLICABILIDADE..... 35
- SERVIDOR PÚBLICO FALECIDO - PENSÃO DE 70% DO SALÁRIO - INCONFORMAÇÃO - PROCEDÊNCIA - DETERMINANTES..... 33